

IGUALDADE DE GÊNERO: QUESTÃO DE JUSTIÇA E DE NOVA VISÃO

Em alguns países mais, em outros menos, ao longo de todo o Continente, a temática agita com determinação e, às vezes, com paixão a opinião pública, o diálogo social e os debates parlamentares e legislativos. É tema do momento: o “gênero”.

Não é problema das mulheres e nem dos homens, mas dos fundamentos de nossa conduta social: os modelos ou paradigmas sobre os quais, mesmo sem saber, estamos firmados: princípios filosóficos, costumes e símbolos antigos, ancestrais; e, portanto, alheios, que não escolhemos; simplesmente herdamos, e aí continuam atuando no inconsciente, e nos surpreendemos desconcertados quando alguém nos confronta com sua formulação ou as mais cruas consequências.

É o “gênero”, a construção social que agora vemos com mais clareza e que não se deve confundir com a sexualidade, ainda que esteja muito ligada a ela. A “teoria de gênero” é apenas um instrumento conceitual, provém das Ciências Sociais, descreve e analisa criticamente o ambiente sociocultural do patriarcado. Bem-vindas todas as ferramentas quando se trata de analisar multidisciplinarmente os problemas e buscar a melhor solução.

É um instrumento relativamente novo e, sobretudo crítico: elaborado precisamente pelas vítimas, exemplo de tomada de consciência e compromisso libertador, ajudando-nos a descobrir e analisar o problema. Sempre dissemos que os oprimidos têm o “privilégio hermenêutico” de interpretar e intuir melhor de onde vêm as raízes da opressão que sofrem.

A questão de gênero não deixa ninguém indiferente. Toca fibras íntimas de nossa psicologia, da consciência sexual e da vida familiar. Abala os alicerces das Igrejas, que talvez por demasiado tempo voltaram as costas a essa realidade, firmadas em um antifeminismo e antisssexualismo inconscientes, que vinham dentro do pacote filosófico (alheio, e sobretudo platônico, de desprezo pelo corpo), próprio da cultura ocidental.

Devíamos enfrentá-lo. Devemos enfrentá-lo, todos e todas, já. E nosso Livro-agenda latino-americana quer deixar aqui seu grão de areia, a partir da metodologia da Educação Popular: há de ser possível dialogar, descobrir os condicionamentos ocultos, enfrentá-los com humildade, abertos à troca, sem por isso, perder o equilíbrio.

Em primeiro lugar é nosso dever reconhecer não somente a desigualdade invete-

rada e quase invisível à qual a mulher foi submetida por milênios, mas ainda a trama oculta do antifeminismo cristão. Hoje, as coisas vão muito melhor, mas apenas superficialmente, pois boa parte do patrimônio simbólico da “mitologia” ocidental judaico-cristã continua sendo androcêntrica.

A igualdade é um Direito Humano; há dois anos dedicamos o Livro-Agenda latino-americana ao tema da desigualdade econômica. Pois bem, a “igualdade de gênero” é um Direito Humano. Não precisa ser igualitarismo, nem deve ser. Pode ser equidade, em alusão, sobretudo às medidas imprescindíveis de “discriminação positiva”, em determinado momento social, para nos reconduzir à igualdade, direito humano fundamental. Em todo caso, a igualdade de gênero é questão de justiça e, como tal, inegociável e universal. Não é preciso ser mulher ou ter determinada identidade sexual para assumir a bandeira; todo ser humano deve tomar como sua a causa da igualdade de gênero.

As Igrejas, por sua vez, não podem se esquivar à realidade, nem na sociedade e nem em seu próprio interior. Jesus mostrou-se a favor da inclusão de todas as pessoas, e sua Utopia de Justiça, que Ele chamava de Reino, é, para muitos, símbolo da inclusão maior. Há uma hierarquia de verdades e valores, e a Justiça tem precedência sobre qualquer outra consideração filosófica, teológica ou simplesmente tradicional. Enquanto houver pessoas discriminadas por sua condição sexual, a teologia “feminista” da libertação terá sentido. Com o Evangelho na mão, atrevemos a dizer que toda teologia que justifique a inferiorização da mulher, ou qualquer outra injustiça de gênero, atua como “ideologia de gênero”.

No fundo, a igualdade de gênero é ainda questão de uma nova visão, que para nós se torna evidente, como resultado do estudo e da revisão cuidadosa dos paradigmas, mitos e filosofias que arrastamos acumuladamente, desde tempos ancestrais. Um período de vários milênios está se concluindo agora. A mudança de visão que está em marcha é forte, e há de ser acolhida com um sentido tão crítico quanto participativo.

É um momento histórico. Estejamos à altura. Não deixa de haver perigo e sempre são possíveis os exageros; por isso mesmo devemos estar presentes no debate social, para contribuir com a construção de uma justiça social plena e o respeito aos Direitos Humanos de todas as pessoas, sem distinção de sua condição sexual. Efetivamente, é questão de justiça e de uma nova visão.

PEDRO CASALDÁLIGA
JOSÉ MARIA VIGIL

